

ATA DA 042ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2013  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar o presidente em exercício, Padre Pedro Baldissera, os srs. deputados, as sras. deputadas e também a sociedade catarinense que nos escuta e nos assiste pela TVAL.

Sr. presidente, vou me reportar hoje ao PL n. 0190/2013, que dispõe sobre o Programa Estadual de Educação para o Trânsito Consciente no Estado de Santa Catarina. Mas, ao invés de citar primeiramente a lei, darei a justificativa paramelhor entendimento da lei.

(Passa a ler.)

“Justificativa:

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 205, dispõe que a educação é um direito de todos e dever do estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho. No mesmo sentido trata a nossa Constituição Estadual, no seu art. 161.

Além disso, a CRFB/88, no seu art. 23, inciso XI, estabelece como competência comum da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios estabelecer e implantar política de educação para a segurança no trânsito.

Já o art. 24, incisos IX e XV da mesma Carta Constitucional, assegura ao estado como ente federativo a competência concorrente para legislar sobre a educação e proteção à infância e à juventude.

Saliente-se ainda que a presente proposição é constitucional, pois não interfere nos órgãos mencionados nem lhes atribui competência, apenas prevê que os mesmos exerçam as funções de estimular, orientar campanhas educativas de trânsito.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, estima-se que em 2008 um milhão de crianças e de adolescentes, entre zero e 14 anos, morreram em virtude de acidentes de trânsito ao redor do mundo e cerca de 50 milhões ficaram com sequelas permanentes.

A realidade brasileira não é diferente, o Ministério da Saúde demonstra que cerca de seis mil crianças morrem e em torno de 140 mil são hospitalizadas anualmente, tornando-se assim os acidentes de trânsito a principal causa de morte entre as crianças de zero a 14 anos.

Esses números alarmantes fazem com que o Sistema Único de Saúde gaste cerca de 63 milhões/ano com o atendimento de crianças e adolescentes que sofreram acidente de trânsito.

Em virtude desses dados, resta evidente a necessidade urgente da criação de políticas que almejem alternar o cenário atual.

Nesse diapasão, é o objetivo da presente proposição, uma vez que a educação para o trânsito lecionada dentro das escolas é um instrumento de suma importância para mudanças de comportamentos.

Objetiva-se também com o presente projeto implementar a educação do trânsito como prática educativa cotidiana, colocando o tema trânsito transversalizado nas disciplinas curriculares para que, ao longo do ano letivo, se torne objeto de constante análise, debate e reflexão na comunidade escolar, sempre com o intuito de promover nos alunos o desenvolvimento de valores, posturas, atitudes e comportamentos seguros no trânsito. Trata-se de trabalho permanente de transformação social.

A presente proposição busca, ainda, intervir e transformar a realidade, possibilitando, conseqüentemente, mudanças de atitudes que contribuirão para garantir a segurança de crianças e adolescentes nas vias públicas e do bem coletivo.

A educação a respeito de trânsito não pode ser concebida apenas como o ensino de regras e o treinamento de habilidades como únicas formas de atingir o objetivo de reduzir as estatísticas de acidentes. Impõem-se um novo modelo de didática, o qual deve romper com o modelo tradicional e centralizador, passando a uma prática pedagógica que ocorra de maneira acolhedora, autônoma, participativa, inovadora, reflexiva e crítica.

Registre-se que não é mais viável apenas exibir dados de acidentes e mortes no trânsito, mas elaborar ações de prevenção aos acidentes envolvendo motoristas, motociclistas, ciclistas, passageiros e pedestres, com enfoque nas atitudes e valores primordiais no convívio social e comunicação, além da locomoção, colaborando, dessa maneira, na construção da cidadania do educando e no respeito aos direitos humanos.

A transversalidade transpassa as disciplinas, tendo como principais objetivos potencializar

valores, fomentar comportamentos e desenvolver posturas e atitudes frente à realidade social, favorecendo, dessa maneira, a construção da cidadania do educando. As próprias Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito realçam a necessidade do desenvolvimento transversal do tema, que implicará numa formação integral do aluno.

A necessidade de projeto que incentive o convívio social e a comunicação é de suma importância, pois no trânsito nenhuma atitude pode ser concebida sob o ponto de vista individual, visto que as pessoas se locomovem num espaço que pertence à coletividade. A escola deve trabalhar com os educandos princípios básicos de convivência, assim como valores primordiais nas relações interpessoais, tais como: tolerância, solicitude, fraternidade, compreensão, paciência, educação e respeito.

Cumprir destacar que vários estados e alguns municípios brasileiros já aderiram ao presente programa, o qual está atingindo metas importantes e demonstrando que o tema trânsito, colocado de forma transversal às disciplinas, atinge resultados imediatos com ótima perspectiva a médio e longo prazo.

Educar para o trânsito é primordial para a sociedade atual que vive um quadro brutal representado por variadas formas de agressões ao homem em seu cotidiano. A escola necessita acompanhar as mudanças sociais preparando o educando para saber transitar no espaço público, repensando sobre as diversas faces de conduta do ser relacionadas ao ato de transitar, devendo essa atividade ser acompanhada pelos órgãos de trânsito que agregarão ao projeto a experiência acerca da legislação."

O Projeto de Lei n. 0190/2013 dispõe sobre o Programa Estadual de Educação para o Trânsito Consciente no estado de Santa Catarina.

Essa lei faz com que o Programa Estadual de Educação, denominado Trânsito Consciente Para o Trânsito, seja visto com todos os deputados como uma maneira de a secretaria da Educação

colocaresse tema. Essa educação tem vários itens a ser implantados nas escolas. Espero que os srs. deputados consigam fazer com que as suas emendas venham contribuir para diminuir os acidentes de trânsito, as mortes, os gastos e que possamos aumentar, sim, com excelência a Educação Consciente Para o Trânsito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissra) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, sras. deputadas e pessoas que acompanham esta sessão, quero registrar, em primeiro lugar, a presença, nesta Casa, do vereador de Palmitos. Seja bem-vindo a este Poder.

Quero tratar de dois assuntos bem importantes no dia de hoje. Um com relação ao tema da educação e o outro com relação à Comissão Estadual da Verdade.

Nós temos uma luta nacional, uma luta dos educadores, que vem ao longo das últimas décadas levantando a necessidade de garantirmos 10% do PIB, Produto Interno Bruto, para investimentos em educação. A pergunta que se faz é a seguinte: além de garantirmos na Constituição os 10%, precisamos de fato dizer de onde vem esse recurso?

Confesso que fiquei extremamente feliz quando tivemos a notícia de que a presidenta Dilma Rousseff enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 055.00/2013, que garante que o art. 214 no seu inciso VI da Constituição possa de fato ser executado. Esse artigo estabelece a meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do PIB, ou seja, a partir da Emenda Constitucional n. 059/2009 a meta de elevar o PIB da educação.

Portanto, há um projeto de lei, em seus arts. 1 e 2, que trata que vá exclusivamente para a educação a receita da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios, as receitas provenientes dos *royalties* e da participação

especial relativa aos contratos celebrados a partir de 3 de dezembro de 2012, sob regimes de concessão e de partilha da produção dos *royalties* do petróleo, mais especialmente do Pré-Sal.

Então, quero enaltecer a atitude da presidenta da República que não somente demonstra o compromisso público de garantir esse projeto de lei os 10% do PIB em educação como diz de onde esse recurso será alocado.

A Confederação Nacional dos Municípios tem divulgado uma tabela de demonstração de quanto cada município catarinense receberia se fosse pela regra atual de 2011 e quanto receberia pela regra de 2013 com a derrubada do veto do Pré-Sal. Para se ter ideia, podemos verificar quanto o município de Blumenau receberia, além dos atuais recursos da educação, se fosse pela regra anterior, mais R\$ 576.715,00. E pelas regras de 2013 seriam mais R\$ 3.551.000.000,00, dinheiro esse que irá para a educação. Quero com isso enaltecer a atitude da presidente Dilma Rousseff.

De acordo com esse pensamento nacional, protocolamos, ontem, o Projeto de Lei n. 0187/2013, que estabelece também a mesma regra para os recursos dos *royalties* da exploração do petróleo, do gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos sob o regime de concessão em Santa Catarina, para que fique mais claro. Além dos 25% da educação, tudo o que Santa Catarina receber a mais de *royalties* do petróleo está destinado, através do nosso projeto de lei, para investimentos exclusivamente à educação.

É um projeto muito importante que vai garantir o incremento que precisamos para atender às metas do PNE, quais sejam: a ampliação da educação infantil; a garantia da educação em tempo integral, que é uma meta para até 2020, em 50% das escolas; a garantia de todos os educandos no ensino médio e a garantia da valorização dos profissionais da educação.

Então, fizemos essa apresentação e ontem já comuniquei ao secretário de estado da Educação a existência desse projeto, que inclusive pediu o empenho do governo e o compromisso, assim que o

governo puder divulgar e também manifestar a sua posição favorável, para que 110% dos recursos do Pré-Sal de Santa Catarina sejam destinados à educação.

Sugeri, de igual forma, a cada vereador que façam seu município a mesma proposição, ou seja, que a parte referente ao município advinda do Pré-Sal seja também destinada à educação municipal.

Se fizermos esse debate em nível nacional, estadual e federal, temos certeza de que a educação brasileira sairá do 50º lugar e ocupará de fato uma posição de destaque no cenário mundial.

Além desse tema da educação, quero tratar de outro tema fundamental, que é a comissão da Verdade em Santa Catarina.

O governo, através do Decreto n. 1.420, de 1º de março de 2013, cria a Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright e estabelece todas as normativas para o seu funcionamento.

Eu fui indicada como representante da Assembleia Legislativa na comissão que é formada por cinco membros, sendo que temos, além de mim, Ronei Danieli, desembargador indicado pelo Tribunal de Justiça; Naldi Otávio Teixeira, procurador do estado de Santa Catarina; Marcos Antônio Luiz da Silva, vice-presidente da OAB, e a nossa servidora Derlei de Luca, que representa muito bem o comitê e a sociedade civil organizada.

Então, quero informar a todos e também construir esse processo transparente da atuação da Comissão Estadual da Verdade.

A primeira reunião foi realizada na segunda-feira, ocasião em que determinamos que em princípio a comissão faria reuniões todas as segundas-feiras à tarde, num local ainda a ser definido pela Casa, mas com o total apoio do nosso presidente. E referida comissão, a partir desse decreto, vai se esforçar para identificar todos os casos de violação dos direitos humanos no que se refere aos dez mortos que são: Arno Preis, Divo Fernandes d'Oliveira, Frederico Eduardo Mayr, Hamilton Fernando Cunha, Higino João Pio, João Batista Rita, Luiz Eurico Tejada Lisboa, Paulo

Stuart Wright, Rui Pfutzenreuter, Wânio José de Matos.

Esses dez desaparecidos e mortos serão a nossa prioridade, assim como a necessidade de realizarmos todo um levantamento documental; a articulação de audiências abertas à população, a fim de que possa prestar todas as informações disponibilizadas; a averiguação dos documentos dos órgãos internos do estado, o arquivo público; os Comitês pela Memória, Verdade e Justiça; as lideranças que tratam dos temas nas universidades e as populações indígenas, camponesas, religiosas, políticos, mulheres, sindicalistas e militares que foram perseguidos pelo regime de 46 a 88, com destaque especial de 64 a 85.

Para concluir, a operação Barriga Verde e a Novembrada deverão merecer o nosso destaque com o objetivo de elucidar e contar a verdadeira história, para que possamos viver num país democrático com justiça e direito à verdade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar o presidente e o nosso querido deputado Gelson Merisio, ex-presidente desta Casa, e fazer alguns registros.

Inicialmente, deputado Padre Pedro Baldissera, quero falar com os diretores novos que entraram nesta Casa, indicados pelo atual presidente e vice-presidente, amigos pessoais e na política pública responsáveis, para que me conheçam efetivamente daqui para frente, porque vou repetir pela última vez nesta Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o seguinte: não vai ter mais diretor desta Casa que me diga que será preciso pedir autorização para o presidente para me repassar informação. Não vai ter mais diretor nesta Casa que me proíba conhecimento de informações de caráter público pela lei de

transparência, aprovada por nós na Assembleia, e também pela lei federal.

Portanto, novos diretores, tratem de me conhecer daqui para frente. Não preciso pedir para o presidente informação pública, e digo isso pelo seguinte: primeiramente porque estou dando algumas informações de que não sou responsável por algumas aprovações que saíram da Mesa. Uma delas é sobre o contrato milionário de terceirizados divulgado no jornal *Diário Catarinense*, de 2 de junho, da coluna de Cacau Menezes. Então, fiz pedido de informação a todos da Casa com as questões. Também fiz pedido de informação em relação ao contrato feito com a PAPP - empresa de consultoria para o Código Florestal - que foi aprovado na Mesa, onde está o seguinte:

(Passa a ler.)

"Contratação de serviços de consultoria jurídica, a pedido do deputado Romildo Titon, para auxiliar nos serviços de revisão do Código Ambiental, cuja tarefa está sob a responsabilidade da comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc."

Eu perguntei ao deputado Neodi Saretta, que é da comissão de Turismo e meio Ambiente, se tinha conhecimento disso e ele me disse que a referida comissão nem está participando desse debate. Esse contrato no valor de R\$ 300 mil... Autorizamos, sim, a contratação de profissional responsável e em nenhum momento discutiu-se o valor na Mesa. O profissional contratado é de conhecimento, sim, e acompanhou todo o anterior. No entanto, o deputado Volnei Morastoni, também aprovado pela comissão, pela Mesa Diretora, solicitou a assessoria de um profissional na área da saúde pelo maior trabalho de levantamento deste estado na área da saúde, dr. Celso, que é do valor entre R\$ 6 a 7 mil/mês, até o final do ano. A procuradoria jurídica disse que não podia.

Como é que pode isso?!

Estou fazendo isso porque quero deixar claro que se não chegar em mãos a solicitação que enviei aos diretores desta Casa, não vou me dirigir ao presidente para pedir informação. Nem ao vice-presidente e nem a nenhum deputado desta Casa,

porque isso me é de direito como cidadão catarinense deste estado.

Por isso, companheiros, às vezes isso causa dor e causa uma fratura, como disse o deputado Nilson Gonçalves. Nada melhor do que termos aqui o deputado Antônio Aguiar, que é ortopedista, que sabe como se trata disso, para melhorar o contexto da dor. E se tivermos que ter dor para corrigirmos isso aqui, vamos corrigir, porque esse é o nosso papel.

Estou dizendo isso porque virá mais um monte dessas questões daqui para frente. Não é pouco, é um monte.

Quero saber como é que está funcionando o serviço de saúde desta Casa; quero saber onde é que estão os funcionários da saúde desta Casa, porque há pessoas aqui que ficam doentes e não são atendidas. Se não está funcionando, vamos fazer igual ao Senado, entregar para o município, porque aí, pelos menos, haverá gente para atender.

Essa minha indignação é porque duas vezes consecutivas, da semana passada para cá, que me dizem que tenho que pedir autorização. Isso não tem cabimento! Daqui para frente quem quiser que ponha a cara no santinho, que rode o estado e vá fazer política pública! Um deputado trabalha aqui um ano e não recebe R\$300 mil na soma de salários e auxílio moradia! Não recebe isso! Um ano de trabalho!

Quero saber, pelo pedido de informação, quais os critérios criados para isso, porque estou na Mesa Diretora e não vou ser responsável por esses atos de contratações dos terceirizados. Eu quero dizer que defendo os terceirizados desta Casa. Não acho que tenha que ser feito concurso público para tudo. Porém, não posso ser responsabilizado pelo conjunto. E daqui para frente somente participarei da reunião da Mesa Diretora quando for para discutir o conteúdo e todas as ações desta Casa, porque senão venho a este plenário cada vez que eu precisar de uma informação e vou fazer isso publicamente, porque aí se publica mais, se é assim que querem.

Esse é o meu recado para os diretores desta Casa e para cada diretorzinho também, e há um monte aqui. Não são poucos. Se não sabe o que faz, peça demissão!

Então, meus companheiros, esse recado é público. E para as minhas informações quero resposta na minha mesa. E asseguro que vou tê-las, nem que seja por mandado de segurança.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, hoje comemoramos o Dia Mundial do Meio Ambiente. Por isso trouxemos a esta Casa mudas de plantas e depois vamos distribuí-las aos srs. deputados, para que possamos plantar e produzir como um símbolo também deste dia.

(Passa a ler.)

"Hoje é um dia para analisarmos as nossas atitudes e termos um olhar mais apurado sobre nossas ações em relação ao mundo em que vivemos. Precisamos cuidar deste bem precioso.

No art. 225 da Constituição Federal está o seguinte: - 'Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações'.

Quando o meio ambiente foi elevado a um direito constitucionalmente garantido, não apenas reconheceu a significativa importância de mantê-lo em equilíbrio, como também definiu que o Poder Público, através de seus governantes, em conjunto com a população, efetivamente garantisse sua preservação e proteção.

Não é difícil perceber que a destruição do meio ambiente gera um desequilíbrio ambiental, resultando em graves alterações no clima, no controle das chuvas e no ar, que são elementos fundamentais à vida humana.

Lamentavelmente, o homem apenas tomou consciência da importância de salvar o meio ambiente na segunda metade do século XIX, quando o mundo já vivia os efeitos do desequilíbrio.

Atitudes simples fazem toda a diferença. A orientação deve ser feita constantemente, não apenas às crianças, mas também aos adultos que precisam entender sobre o consumo consciente, a preservação da água, a reciclagem. Preservar é uma necessidade que precisa ser lembrada todos os dias”.

A separação do lixo, em minha opinião, deve ser considerada como uma atividade normal da pessoa em sua casa. Assim como separamos xícaras e talheres, com o lixo é a mesma coisa, cada um no seu lugar.

Muita gente pensa que na cidade é mais fácil separar o lixo, mas no interior os municípios também fazem a coleta seletiva. Às vezes demora um pouco, mas pelo menos uma vez por mês o caminhão da reciclagem deve passar nas comunidades rurais dos nossos municípios.

(Continua lendo.)

“Em Santa Catarina houve uma grande evolução nos últimos 12 anos. Em 2000, somente 16,5% dos resíduos sólidos gerados pela população do estado recebiam destinação adequada, sendo os outros 83,5% dos resíduos dispostos em depósitos a céu aberto. Na época, apenas 22, dos 293 municípios catarinenses, destinavam seus resíduos sólidos domiciliares em sistemas adequados.

Desde 2012, todas as cidades catarinenses fazem a destinação do lixo para aterros sanitários, uma grande evolução em relação a outras cidades do país.

Segundo índices do IBGE, em 2008 apenas 58% das cidades brasileiras tinham os resíduos destinados para aterros, o restante era feito em lixões a céu aberto.

O governo federal, com base nesses índices, lançou a Política Nacional dos Resíduos Sólidos - PNRS -, que estabelece metas importantes para serem alcançadas até 2014, como o fechamento de

todos os lixões do Brasil e investimento maior em reciclagem.

Outra inovação da PNRS foi a exigência de planejamento por parte dos estados e municípios. Desde agosto de 2012, apenas tem acesso a recursos federais para ações de resíduos sólidos os municípios que apresentarem seu respectivo Plano de Resíduos Sólidos.

Um relatório feito em julho de 2012 pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Abes -, em parceria com o Ministério Público de Santa Catarina, analisou todos os aterros e mostra como está a qualidade dos mesmos em Santa Catarina. Mais da metade é administrada por empresas particulares, sendo que 11% pertencem a consórcio e 31% são municipais.

Em relação à qualidade dos aterros, 42% estão em perfeitas condições, 39% em condições adequadas para receber os resíduos sólidos e 19% estão em condições mínimas para receber os resíduos sólidos.

Outro ponto analisado foi em relação à coleta seletiva do lixo. A pesquisa apontou que nem todas as cidades catarinenses possuem um serviço estruturado. Isso precisa ser prioridade nas cidades, pois com menos lixo espalhado teremos menos enchentes, menos desastres ecológicos e, conseqüentemente, um lugar melhor para viver.

Qual é o mundo que queremos para nossos filhos e para os filhos de nossos filhos? Pense, repense, recicle. Façamos a nossa parte!"

Esta é a mensagem que queremos deixar registrada neste dia.

Gostaríamos de dizer que as plantas que estão sendo distribuídas são: flamboyant, guarapuvu, pitanga, seriguela e butiá. Esta planta que está aqui na nossa tribuna, e que v.exa. analisava anteriormente com carinho, trata-se da euphorbiapulcherrima, mas entre nós é conhecida como flor ou estrela-de-natal.

Gostaria de fazer este registro e distribuir essas mudas simbolizando este 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, em nosso nome, em nome da comissão que presidimos, a comissão de Turismo

e Meio Ambiente da Assembleia, e tenho certeza que, deputado presidente, em nome de todos os deputados que gostariam de simbolizar este dia tão importante.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do vereador do Partido dos Trabalhadores do município de São Joaquim, Túlio Cesar Mattos, que se encontra neste plenário.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dado Cherem, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, ocupo a tribuna na tarde de hoje com certeza com um motivo de muita alegria. E a cada dia que passa sinto o nosso mandato de deputado estadual conquistar algumas obras importantes e, por que não dizer, algumas conquistas alcançadas de uma profundidade muito grande na nossa região da foz do rio Itajaí.

Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, na tarde de ontem nós, juntamente com o governador Raimundo Colombo, o secretário Beto Martins, o secretário Valdir Cobalchini e demais lideranças, tivemos a alegria de estar no ministério do Turismo, onde fomos atendidos pelo ministro Gastão Vieira, juntamente com o secretário Vinícius Lummertz, um catarinense que tanto nos orgulha com o seu trabalho no ministério, para concretizar um antigo sonho da nossa região: o nosso Centro de Eventos.

Aproveito, sr. presidente, v.exa. que é do Partido dos Trabalhadores -, a oportunidade para

abrir aqui um parênteses para fazer um agradecimento à presidente Dilma Rousseff por agraciar o estado de Santa Catarina, e diretamente ao meu município, Balneário Camboriú - e com isso vai agraciar o turismo catarinense e, por que não dizer, brasileiro -, com a quantia de R\$ 55 milhões que já estão depositados na Caixa Econômica Federal, na conta do estado.

Vão se somar a isso os R\$ 15 milhões que o governador Raimundo Colombo colocar em contrapartida pelo estado. E vamos fazer uma obra que é tão importante para o turismo do estado e para o sul do Brasil quanto foi a duplicação da BR-101. Quando foi feita a duplicação houve um impacto socioeconômico muito grande, que inclusive tem provocado aqui até certos problemas com a litoralização de uma maneira intensa que ocorre desde a duplicação.

O centro de eventos é tão importante à nossa região que vai combater, deputada Luciane Carminatti, um dos maiores flagelos do turismo, que é a baixa temporada ou a sazonalidade. E quando há um turismo receptivo, tem-se a opção de fazer o incremento no turismo do negócio e o nosso litoral é extremamente plausível para isso. Com certeza encontraremos o atacante e a bola na marca do pênalti. Tudo isso somado vai fazer com que tenhamos daqui a um ano, dois anos uma nova realidade social e econômica. Não sei quanto tempo vai levar uma construção desse porte, desse tamanho, mas espero que não demore muito tempo.

E registro aqui, sr. presidente, com veemência a participação do governador Raimundo Colombo nessa obra. Chego a dizer que amanhã vamos receber a visita do secretário Valdir Cobalchini que também irá conosco conhecer duas novas opções de pavimentação, urbanização, que é a estrada que liga Itapema a Camboriú e Camboriú a Brusque.

Temos a duplicação da rodovia, as novas duas estradas Antônio Heil, a perspectiva real de construir essas novas duas estradas e também a construção, no Hospital Marieta Konder Bornhausen, da segunda torre do hospital. E agora, junto com a

união, vamos conseguir o tão sonhado centro de evento.

Chegamos a tal ponto, srs. deputados, que ao me comunicar com a sociedade, com os clubes de serviço, com as entidades do município de Balneário Camboriú, com as pessoas, não acreditava que isso era verdade. Mas realmente a obravai acontecer por causa da sua importância, pelo que representa para toda a nossa região.

Quero deixar registrado que já enviei uma moção aos órgãos competentes, deputado Dóia Guglielmi, em meu nome e em nome da bancada, e para isso peço autorização de v.exa., de congratulações à presidente Dilma Rousseff, ao ministro Gastão Vieira, ao governador Raimundo Colombo, em especial, que se dedicou pessoalmente para que essa obra fosse conquistada, e ao nosso catarinense Vinícius Lummertz da Silva, que também contribuiu muito para que isso ocorresse.

Então, nós sabemos das dificuldades pontuais que o governador tem enfrentado com relação a esse assunto porque já fomos prefeitos, vice-prefeitos ou já ocupamos um cargo no Executivo e acabamos sendo atingidos involuntariamente por algumas cascas de banana que são colocadas em nossos caminhos, fazendo com que nos tropeçemos. Mas temos que ter coragem, ousadia para levantar e seguir em frente. Por isso temos certeza de que o governador Raimundo Colombo teve que segurar muito firme para alcançar essa conquista da realização dessa obra de magnífica importância.

Assim sendo, é com muito prazer, srs. deputados e sras. deputadas, que compartilho dessa alegria com v.exas. porque sei da importância vital que isso representa à economia da nossa região.

Houve uma transformação no município de Florianópolis com o centro de eventos, como é o caso da cidade de Joinville. A praia mais longe de Balneário Camboriú fica a nove quilômetros. E como temos uma rede hoteleira de 16 mil a 18 mil leitos, isso vai fazer com que o turismo por si só, os nossos eventos, fique restritos à nossa

região e vá fazer realmente com que possamos sorrir com essa conquista.

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Pois não!

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - Muito obrigado, deputado, pelo aparte.

Quero cumprimentá-lo e dizer que ficamos felizes por termos conseguido levar para o município R\$ 100,00, R\$ 200,00, R\$ 300,00, junto ao governo do estado ou nas secretarias.

Quero também parabenizá-lo por essa grande luta que vem travando há muito tempo em favor de Balneário Camboriú, extensivo ao governador e à sua equipe, que se fizeram presentes junto ao governo federal.

V.Exa. foi secretário de estado da Saúde, conseguiu levar para aquele município um hospital e agora está levando para lá um centro de eventos.

Como líder do PSDB, posso dizer que faremos, com o maior carinho, uma moção em nome de todos os deputados, até porque entendemos o valor que isso representa para a economia daquele município.

Parabéns, deputado Dado Cherem, pelo seu trabalho e pela comitiva que esteve junto ao governo federal.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Muito obrigado, deputado Dóia Guglielmi.

Deputado Silvio Dreveck, v.exa. que já foi prefeito, que já foi secretário da Saúde, sabe que muitas vezes nos pregam alguma peça e acabamos cambaleando. Mesmo assim, vale a pena continuarmos na vida pública enfrentando os desafios e sacrifícios que são colocados em nossa frente.

Essas conquistas que o deputado Dóia Guglielmi citou do hospital e do centro de eventos de Balneário de Camboriú não são somente minhas, mas de todos, pois é uma obra que não tem dono, é uma conquista de todos, como algumas ações neste Parlamento, o que faz com que cheguemos, apesar de todas as dificuldades, no final do dia dizendo que vencemos mais um dia e que tudo vale a pena.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Dirce Heiderscheidt, pessoas que nos visitam na Assembleia Legislativa, quero fazer um destaque especial para a presença da vereadora de Morro da Fumaça, sra. Maria Bortolin, como também de Pedrinho Patrício, Ari Arlei de Mattos, da Rádio Comunitária, que vieram visitar este Parlamento para reivindicar recursos para o seu município.

Travamos uma bela conversa e aproveitamos para orientar a vereadora e os companheiros do Partido dos Trabalhadores sobre os recursos do governo federal enviados ao estado de Santa Catarina, principalmente dos projetos que podem ser desenvolvidos naquele município, como o projeto Minha Casa, Minha Vida, um assunto de interesse da referida vereadora, tendo em vista que é um direito da população de Morro da Fumaça, que ainda não construiu sua casa, ter acesso a esses recursos para poder dar moradia à sua família.

Sejam muito bem-vindos ao Parlamento catarinense.

Continuando a fala, a exemplo do que disse o deputado Neodi Saretta, brindando-nos, inclusive, com mudas de árvores com flor de Natal, do Espírito Santo, da seringueira e da pitanga, quero dizer que devemos fazer a nossa parte plantando essas árvores no Dia Mundial do Meio Ambiente.

Agradeço e tenho certeza de que os demais parlamentares irão fazer o mesmo.

O dia 5 de junho que a Organização das Nações Unidas conferiu como Dia Mundial do Meio Ambiente tem como tema: Pensar, Comer e Conservar! É uma campanha sobre o desperdício de alimentos.

Todo o ano 1,3 bilhão de toneladas de comidas é desperdiçado e isso significa que todos os recursos e insumos usados na produção também são perdidos. São necessários, por exemplo, aproximadamente, 1000 litros de água para produzir um litro de leite. E eu falava ontem com o deputado Dirceu Dresch que uma vaca bebe 100 litros de água por dia e para produzir um litro de leite são necessários 1000 litros de água.

Srs. deputados, mais de 20 mil crianças morrem diariamente de desnutrição. A produção global de comida ocupa 25% de toda a terra habitável, é responsável por 70% do consumo de água doce, 80% dos desmatamentos e 30% da emissão de gases de efeito estufa.

O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de alimentos produzindo cerca de 25,7% a mais do que necessita para alimentar sua população. De acordo com pesquisas, muito do que se planta aqui também é perdido ao longo de sua cadeia produtiva: na colheita, no transporte, no armazenamento dos alimentos, na indústria de processamento, no varejo, no processo culinário e também nos hábitos alimentares. Isso significa que em uma casa brasileira há um desperdício em média de 20% dos alimentos que compra semanalmente, o que remete a uma perda de R\$ 1 bilhão por ano, o suficiente para alimentar 500 mil famílias.

Outra demanda que precisamos fazer reflexão, neste dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, diz respeito ao crescimento urbano, que é o problema do século. As nossas cidades estão crescendo desordenadamente.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, a população urbana mundial foi multiplicada por cinco entre o ano de 1950 e 2011. Em 2007, pela primeira vez na história da humanidade, o número de pessoas

vivendo em cidades ultrapassou daquelas que moram no campo, e isso é um dado muito alarmante.

Somente no ano de 1995 ao ano de 2005, para dar outro exemplo, a população das grandes cidades, nos países em desenvolvimento, cresceu em média 1,2 milhão por semana, cerca de 165 mil habitantes por dia. Se a Organização das Nações Unidas prevê que o número de habitantes urbanos irá dobrar em 2030, as contas do Banco Mundial indicam que a área global construída será três vezes maior, na mesma data, apontando um crescimento na demanda por energia e custos de uma nova infraestrutura, além de outros tantos problemas associados como a ocupação das áreas de forma desorganizada.

Todos nós sabemos que esse sistema está em crise e vivenciamos isso no nosso dia a dia com as mudanças climáticas que observamos, por exemplo, de uma flor que é considerada de Natal que está florescendo nesta época. E o deputado Neodi Saretta nos presenteou, hoje, com essa flor. Também observamos isso com a destruição dos recursos naturais dos nossos rios, dos deslizamentos, causando um decréscimo da felicidade da nossa população. Não é por menos que hoje vivenciamos muito mais pessoas com doenças da alma como a depressão, que está aumentando significativamente, como também a questão do meio ambiente, do nosso convívio com a natureza etc.

A boa notícia é que existe a intervenção de pessoas que estão preocupadas com isso, que estão defendendo as nossas florestas, que pensam em produção limpa, nos direitos trabalhistas, no consumo consciente, na adequação em descarte, na disposição de resíduos. Assim sendo, acredito que há governos, há pessoas interessadas que percebem a importância de se construir propostas para pessoas e pelas pessoas e um sistema integrado, cíclico, sem desperdício de recursos. Esse é o chamamento neste dia em que se comemora o Dia do Meio Ambiente, ou seja, além de plantarmos árvores, temos que ter essa consciência de diminuir o nosso consumo.

Outro tema que trago aqui, sr. presidente, muito importante, principalmente para toda Santa Catarina, como também para nós, que moramos no vale de Itajaí, diz respeito à BR-470. E quero registrar a liberação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, Ibama, da licença para implantar os canteiros de obras para a duplicação da tão sonhada BR-470 nos dois trechos dos quatros lotes projetados entre Indaial, passando por Blumenau até Gaspar.

Então, a partir de agora o governo federal poderá assinar a ordem de serviço para dar início aos trabalhos da duplicação, que é um sonho de milhares de pessoas, principalmente dos blumenauenses e de toda a população do vale do Itajaí.

A nossa presidenta Dilma Rousseff esteve em Blumenau no ano de 2011 falando que era uma questão de honra a duplicação da BR-47. Assim sendo, conseguimos, ontem, a liberação do Ibama e a partir do dia 17 de junho a ordem de serviço deverá ser liberada. Hoje mesmo conversei com o superintendente do DNIT, o engenheiro João José, que disse que estão preparando todos esses canteiros de obras para que a partir do dia 17 possa então ser assinada a ordem de serviço com o empenho da nossa ministra Ideli Salvatti, do deputado federal Décio Lima, de toda a bancada federal no Congresso Nacional e da nossa presidenta para oficializar a tão sonhada duplicação da BR-470, primeiramente entre Navegantes até o município de Indaial, começando então com o lote entre Blumenau, Gaspar e Indaial, concluindo depois até Navegantes.

Era isso que queria relatar, sr. presidente, agradecendo o empenho de todos para que essa obra possa ser concluída e o sonho ser concretizado. Então, a presidenta Dilma Rousseff está cumprindo com a sua palavra, que é a duplicação da BR-470. Esperamos a vinda dela aqui para assinar essa ordem de serviço.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, ontem à tarde estiveram nesta Casa centenas de pescadores, juntamente com o presidente da Federação dos Pescadores de Santa Catarina e com o gerente da Pesca da secretaria da Agricultura. Esse movimento liderado por alguns deputados, inclusive pelo deputado Darci de Matos, reivindica uma série de sugestões, de pleitos para a pesca artesanal em Santa Catarina.

Todos nós sabemos a luta que foi para criarmos o ministério da Pesca. Durante muito tempo convivemos com a Sudep, que era o órgão que cuidava da pesca no Brasil. No governo Collor foi extinta a Sudep e o Ibama ficou responsável por esse setor. Sabemos da importância que o Ibama tem pela questão ambiental, mas ele não poderia continuar cuidando da pesca porque é um órgão de fiscalização ambiental e a pesca, como a agricultura, é um setor de fomento. Por isso que os países mais desenvolvidos do mundo como Espanha, Japão, Nova Zelândia e vários outros países têm o seu ministério da Pesca.

No Brasil, com um mar territorial de 8.000km, do Oiapoque ao Chuí, com a maior bacia fluvial do mundo, que é a bacia Amazônica, e tantos rios que correm pelo interior do Brasil, não há um ministério da Pesca. Foi necessária uma luta grande para que pudéssemos criar o ministério da Pesca.

Eu coordenei em Brasília, durante dez anos, uma frente parlamentar da pesca, sendo que o ex-presidente Lula, sensibilizado durante a eleição presidencial na época, resolveu criar, no Rio de Janeiro, o ministério da Pesca.

V.Exas. não têm ideia da dificuldade que foi tirar a pesca do Ibama, porque ele não queria perder os poderes que tinha. A primeira medida

provisória que criou o ministério da Pesca tratava mais de proibir, com vários artigos nesse sentido como, do que outra coisa: é proibido, está proibido, fica proibido. Somente dois ou três artigos é que tratavam de fomento, de incentivar a pesca no Brasil. Na época, José Fritsch já tinha sido escolhido secretário da Pesca. Eu fiz mais de 20 emendas nessa medida provisória, inclusive com a sua aprovação, pois na época não podia se envolver muito porque já tinha sido escolhido secretário, e conseguimos retirar uma série de poderes que iriam ficar com o Ibama para o ministério da Pesca. Todos sabem que a pesca no Brasil tem uma importância fundamental e Santa Catarina muito mais, pois é o estado da federação que mais faz pesca extrativa com os barcos industriais e artesanais.

Lamentavelmente, acho que não fomos muito felizes na escolha, me perdoem, dos ministros da Pesca, porque na realidade eles comeram pelas mãos do Ibama. Se tiramos os poderes do Ibama e os transferimos para o ministério da Pesca, ela é que teria que ter autonomia para decidir uma série de questões que dizem respeito à pesca no Brasil.

Então, acho que o Lula teve uma atitude elogiável importante quando topou criar o ministério da Pesca, mas eles estão errando na escolha dos ministros. Agora, para agradar um partido que compõe a base do governo, resolveram chamar um pastor evangélico. Não tenho nada contra eles, pelo contrário, pois têm um papel fundamental na vida religiosa, espiritual e social do Brasil, mas eles não entendem nada de pesca. Colocaram o senador Crivella para cuidar da pesca no Brasil. E hoje é um absurdo o que estão fazendo com a pesca industrial e com a pesca artesanal no Brasil, com a pesca da tainha, que é uma pesca histórica, tradicional no litoral de Santa Catarina.

Tive a oportunidade de aprovar aqui, recentemente, um projeto de lei que destina a pesca da tainha como patrimônio cultural de Santa Catarina. As tainhas - os deputados mais do interior do estado, que lidam com a agricultura,

no setor italiano, alemão sabem disso - saem da lagoa do Rio Grande do Sul e das lagoas do Uruguai para fazer o ciclo da desova por todo o litoral de Santa Catarina e do Paraná até o Rio de Janeiro.

O que está acontecendo com a valorização da ova no mercado internacional, porque hoje um par de ovas vale mais do que uma tainha?

Os países asiáticos, principalmente a China, e a Itália, na Europa, estão comprando tainha a um preço absurdo. Hoje, as traineiras entram nas lagoas do Uruguai, do Rio Grande do Sul e ficam matando tainhas dentro da lagoa. Aí não haverá tainha da lagoa para fazer o ciclo da desova. Então, não pode ter tainha aqui mesmo!

Não adianta culparmos a pesca industrial como a grande responsável. Claro que há problema de falta de fiscalização. E quando eles falam em falta de fiscalização, eu pergunto: onde estão os 28 barcos que foram construídos pelo ministério da Pesca no estaleiro para fazer a fiscalização? Onde estão esses barcos que não fiscalizam? Porque a pesca industrial tem que pescar a uma milha da costa. Mas ninguém fiscaliza nada!

Temos somente uma alternativa: fazermos uma audiência pública na Assembleia para discutirmos essa questão com bastante profundidade, com a presença de representantes do ministério da Pesca, porque não é somente o problema da pesca da tainha, é o problema da carteira do pescador que não liberam.

Não consigo entender como é que um pescador artesanal recebe uma licença somente para pescar corvina. Mas ele sai para o mar e vai pescar outras coisas: como anchova, tainha na sua época etc.

Hoje, uma licença para um pescador é somente para um determinado peixe.

Então, vamos fazer essa audiência pública, deputado Neodi Saretta, para discutir essa questão com mais profundidade na Assembleia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado

aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos assistem através da TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero me juntar à ação do deputado Neodi Saretta e ao discurso da deputada Ana Paula Lima e dizer que estive hoje na praça próximo ao mercado municipal, na Feira do Mel, e na Fatma, onde está ocorrendo uma atividade para as crianças sobre educação ambiental pela comemoração do Dia Internacional do Meio Ambiente.

Certamente essas manifestações hoje, deputado Ismael dos Santos, estão acontecendo no Brasil inteiro porque efetivamente ou nós, em todos os momentos, em nossas ações e nas nossas atitudes, nos preocupamos com a preservação do meio ambiente ou corremos o risco no futuro de comprometer a humanidade, porque preservar a vida, o meio ambiente significa preservar a vida.

As ações têm que ser feitas com toda a sociedade, deputados Ismael dos Santos e Maurício Eskudlark, essencialmente com as crianças nas escolas e com as famílias. E no que diz respeito à preservação do meio ambiente, isso está sendo feito em Santa Catarina e no Brasil.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Para complementar o que está sendo falado sobre o meio ambiente, quero destacar as belezas de Santa Catarina que ocupam 1% do território do Brasil e que estão, sem dúvida alguma, entre as mais belas paisagens do Brasil e do mundo, e dizer que v.exa. frisa o assunto com muita legitimidade, até porque é da área, fez a escola agrícola, entende muito bem da terra e que o verbo preservar só tem a sua conjugação perfeita com o verbo educar. E aí entra a proposta das novas gerações, pois é educando que de fato vamos conseguir preservar o meio ambiente.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos!

V.Exa. tem razão em dizer que em Santa Catarina somos privilegiados. Temos quase 700Km de costa, temos a Serra do mar, a Mata Atlântica e campos de altitudes, terras agricultáveis, enfim, temos condições e vamos, com certeza, preservar toda a riqueza ambiental do estado de nosso estado.

Sr. presidente, quero fazer menção a um assunto que certamente o deputado Nilson Gonçalves fará um discurso a respeito para dar a sua opinião, que é a situação da demarcação de terras indígenas na cidade de Araquari, assunto este que estamos envolvidos e até indignados.

Em Santa Catarina, há problemas de demarcação de terras indígenas, como também no Brasil. Lamentavelmente, ocorreu a morte de um índio há poucos dias e me parece que mais um incidente, em que um índio foi alvejado. Lamentamos muito isso porque entendemos que a situação de demarcação de terras indígenas tem que ser na cidade de Araquari, de forma pacífica e negociada. Esta é a nossa tese e o nosso desejo.

Agora, deputado Padre Pedro Baldissera, o padre Luiz Facchini, que discorda do que está acontecendo, alojou alguns guaranis, índios paraguaios numa propriedade de uma família em Araquari e, ao longo dos anos, outros parentes. Mas pasmem v.exas.: a Funai, assessorada por ONGs internacionais, através de uma ação de terceiro escalão, tomou providências. E está na iminência de acontecer a demarcação de 10.000 ha de terras agricultáveis, terras que os agricultores têm o título de sua propriedade, com escritura pública. Um terço, portanto, do município de Araquari poderá ser demarcado como terra indígena.

Deputado Nilson Gonçalves, nem o cacique concorda com isso. Ele disse que não quer tanta terra e que não plantaram ali. Isso vai comprometer a economia do município de Araquari, vai causar uma catástrofe para o norte e vai dar um mau exemplo. Os índios são seres humanos e têm que ser protegidos e alojados, mas não nas terras

agricultáveis que têm títulos públicos. Eles têm que ser alojados em outras áreas, quem sabe, do governo federal ou nas áreas não agricultáveis, porque o índio não vai plantar e não vai colher. O índio tem a cultura da caça. Uma boa parte deles já está aculturada e sobrevive com dificuldades, é bem verdade, com a ajuda da Funai. Esta é a grande verdade.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado, não queria quebrar seu raciocínio, mas apenas me somar à sua oratória.

Não sei se v.exa. lembra, mas criamos nesta Casa a comissão Permanente que tratava da demarcação de terras indígenas e tivemos a oportunidade de fazer várias reuniões aqui com todas as partes interessadas. Posteriormente, fizemos reuniões em Joinville e em Brasília com a bancada catarinense. Enfim, esgotamos todos os esforços.

Numa última tentativa de solução para isso, o padre Luiz Facchini, juntamente conosco, ficou de elaborar um termo de declaração assinado pelos proprietários e pelos índios. O padre era quem respondia pelos índios porque ele que cuidava deles com relação à questão de doenças e de comidas e tudo mais. Levamos isso, então, para Brasília, para que os deputados federais, juntamente com essa comissão, levassem essa solução pronta, prato feito, para que fosse resolvida essa questão. Só que ocorreu um problema, deputado Darci de Matos: todos concordaram e estava tudo legal, mas quando chegou na hora do cacique assinar, ele queria bater em nós e aí a coisa complicou. O padre se recolheu, eu também e a comissão foi desfeita porque não havia mais o que fazer naquele momento.

Agora, está sendo novamente levantado o problema e estamos na iminência de vermos consagrada aquela vontade da Funaide demarcar esse mundaréu de terras que vai atravancar o nosso progresso por lá e complicar toda a nossa vida. E

solucionar o problema do índio, que é o que é preciso ser feito, eles não estão fazendo.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Obrigado, deputado Darci de Matos.

Treze por cento do território nacional hoje é reserva indígena e Santa Catarina representa 1,5% do território nacional. Se fosse por um pensamento simplista, todas as terras seriam indígenas no país.

Temos o mesmo caso citado por v.exa. em Cunha Porã e em Saudades. Uma empresa colonizadora teve um índio como funcionário, não era um indígena com oca e com aldeia, era um índio paraguaio, e agora, depois de 60, 80 anos, aquelas famílias que possuem a escritura das suas propriedades e que ali estão produzindo estão sendo ameaçadas de despejo porque, através de um estudo e do testemunho dos descendentes desse índio, aquela terra está sendo pleiteada pela Funai.

Então, realmente o governo federal, a Funai, tem que fazer um estudo. Queremos a proteção dos indígenas, mas temos que olhar com respeito a propriedade das pessoas que estão há anos estabelecidas regularmente.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark. Na verdade, a solução definitiva, no meu entendimento, para esse conflito da demarcação de terras indígenas passa pela aprovação do projeto de lei dos deputados Aldo Rebello e Ibsen Pinheiro, que remetem toda e qualquer demarcação de terras indígenas ao Congresso Nacional, porque dessa forma essas demarcações ficarão mais democráticas, abertas e participativas, pois hoje funcionários do terceiro escalão do governo federal, assessorados por ONGs, estão demarcando terras indígenas, e esse projeto não foi votado porque os índios invadiram o Congresso Nacional e foram sustados o debate e a aprovação do projeto. Mas o governo federal está tomando uma providência que no meu entendimento é

muito boa, está discutindo a possibilidade de baixar uma portaria exigindo que para demarcação de terras indígenas no Brasil sejam ouvidos, consultados outros ministérios como o da Reforma Agrária, da Agricultura e, sobretudo, o ministério da Justiça.

Essa portaria que o governo está discutindo dará condições para um debate mais amplo e fugiremos dessas injustiças e aberrações que poderão desalojar os nossos agricultores no vizinho município de Araquari.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital, hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente e gostaria de registrar que aqui em Florianópolis, no Largo da Alfândega, de hoje até sábado, estará acontecendo a Feira do Mel.

Ontem, ouvi v.exa. muito atentamente quando fez, nesta tribuna, um belo discurso no que diz respeito à produção de vinhos catarinenses, enaltecendo não somente o vinho, mas também o que ele agrega de valor para as famílias, a renda, a ocupação e a atividade.

Nessa mesma direção, deputado Padre Pedro Baldissera, vejo que aqueles produtores que estão hoje envolvidos na produção do mel a têm também como uma fonte de renda, deputado Nilson Gonçalves, o que lhes dá uma condição de vida melhor.

Lá no planalto norte - e eu diria mais planalto nordeste, porque quando falamos do norte estamos falando mais de Joinville - foi criado o entreposto do mel que tem uma espécie de um consórcio, sendo que vários municípios estão

participando, como Campo Alegre, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo, Canoinhas, Porto União e Matos Costa, que é um grande produtor de mel. E da data de hoje até sábado estarão no Largo da Alfândega fazendo essa feira, evidentemente destacando o lado comercial que também é importante para essas famílias.

Por outro lado, não podia deixar de me manifestar a respeito, depois de ouvir com muita atenção o que o deputado Edison Andrino falou, da pesca no Brasil, em especial do estado de Santa Catarina. Chamou-me a atenção quando ele disse que há pescadores matando as tainhas nas lagoas, deputado Serafim Venzon, no Uruguai e no Rio Grande do Sul, para tirar a ova, que é o que tem maior valor de mercado, inclusive no mercado europeu e asiático.

De fato ele tem toda razão, uma vez que esses problemas acontecem todos os anos em Santa Catarina, deputado Valmir Comin. É só começar a safra da tainha que de repente o Ibama, porque a rede tem uma malha um pouco mais redonda ou a outra mais quadrada, diz que há problema e não pode ser utilizada.

Então, ele tem toda a razão de trazer esse assunto a esta tribuna. E ele propôs a realização de uma audiência pública, deputado Nilson Gonçalves, que provavelmente não será em Joinville. Deverá ser realizada aqui porque a quantidade e qualidade são maiores em função do litoral. E concentra mais, tanto o litoral do sul quanto do norte, para fazer essa audiência pública.

Ao mesmo tempo, quero fazer uma referência rápida com relação a um assunto que é muito polêmico no Brasil, principalmente, que é a demarcação das áreas indígenas. Essa questão está preocupando todos, inclusive o governo federal, porque estamos passando por um período em que não há consensualidade nessas demarcações e vemos que todos os dias os conflitos estão aumentando.

Entendo que há espaço para todos. O que não se pode é, por conta de interesses alheios às próprias tribos indígenas e ao próprio índio de

modo mais simples, fazer com que haja essas invasões desnecessárias, muitas vezes havendo espaços suficientes em outras áreas. Mas ao mesmo tempo há esses interesses escusos por conta de movimentos que muitas vezes não são explicados.

Então, temos que ter essa atenção porque isso de fato cria um problema, não somente para nós como também para os empreendedores, aqueles que querem vir para o Brasil ou mesmo nós, brasileiros. Temos o exemplo de Araquari. Isso de fato é muito preocupante numa área que me parece que tem o mínimo de indígenas, deputado Nilson Gonçalves. E v.exa. deu uma explanação do seu trabalho, juntamente com o padre Luiz Facchini, que acabou resultando no final negativamente. Mas não faltou empenho.

Para concluir, quero dizer que são temas aos quais não podemos ficar alheios, temos que dar a nossa contribuição para o bem de todos, sem comprometer aqueles que têm o seu espaço para continuar na sua atividade que é primitiva, que é o caso do índio, não adentrando naqueles que estão produzindo para todos nós que vivemos no planeta terra.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Srs. deputados, como há na pauta de hoje uma série de vetos a serem apreciados, gostaria de pedir aos líderes que acionem os deputados de cada bancada no sentido de estarem presentes no plenário, a fim de deliberarmos, com o quórum qualificado, os vetos que já estão há muito tempo na pauta.

Enquanto esperamos os srs. deputados, vamos suspender a presente sessão retornando exatamente às 16h, na Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Está reaberta a presente sessão.

Solicito aos srs. parlamentares que se encontram nos gabinetes que desçam ao plenário porque temos vários vetos para deliberar.

Hoje é quarta-feira e seria importante que os srs. parlamentares comparecessem ao plenário.

(Pausa)

Continua aberto o painel. Solicito, então, aos srs. deputados que compareçam ao plenário.

(Pausa)

Srs. deputados, há quórum para deliberar.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, alcançamos o quórum de 21 deputados, mas quero aproveitar este momento descontraído, em que a minha esposa Denise Antunes, de Blumenau, está presente acompanhando-os, para mandar um beijo e um parabéns a ela pelo seu aniversário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Depois de uma declaração de amor desta, esta Presidência, em nome dos outros 38 parlamentares, cumprimenta a sua esposa desejando-lhe saúde e vida longa.

Há quórum para deliberar.

Antes de iniciarmos a deliberação, quero informar aos srs. deputados e sras. deputadas que na reunião da Mesa de hoje, conforme já tínhamos tratado na última reunião também com o deputado Gilmar Knaesel, se decidiu pela manutenção das sessões ordinárias da próxima semana, mesmo com a realização das audiências do Orçamento Regionalizado. E essa decisão foi tomada para as próximas duas rodadas de Orçamento Regionalizado.

Estamos com a agenda da Casa começando a apertar em função do recesso que se iniciará dia 17 de julho, pois temos diversas matérias que precisamos deliberar. Conforme prevê a regulamentação das audiências do Orçamento Regionalizado, teríamos duas semanas sem

atividades, mas já que não conseguimos enxugar o calendário, teremos sessões normais.

A regulamentação das audiências públicas do Regionalizado diz que a presença do parlamentar é equivalente a sua presença em plenário. Portanto, não haverá nenhum problema com a frequência daqueles que participarem das audiências do Regionalizado, deputada Ana Paula Lima, e não estiverem aqui.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero apenas registrar a presença do prefeito de Palmitos, do vereador Solmar e da vereadora Márcia, enfim, de toda a delegação de lideranças daquele município, que vieram tratar da reativação da Udesc.

Gostaria de agradecer suas presenças no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Sr. deputado Maurício Eskudlark, v.exa., a deputada Luciane Carminatti, os deputados Reno Caramori e Marcos Vieira, além de outros, não puderam participar, mas o importante foi o encaminhamento que fizemos com as lideranças de Palmitos para a realização de uma audiência pública conjunta das comissões de Educação, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público em função da situação em que se encontra a Udesc deste município. Especialmente pela justificativa que foi dada pelo vice-reitor, a representação do município de Palmitos entendeu necessária a realização dessa audiência pública. E a deputada Luciane Carminatti, juntamente com as demais comissões, conforme foi deliberado lá, deverá agendar essa audiência pública ainda para este mês de junho.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, a respeito das reuniões do Orçamento Regionalizado, bandeira importante que Santa Catarina conquistou, gostaria de fazer a seguinte consideração, até como um deputado que tem participado ativamente das reuniões do Orçamento Regionalizado e também das sessões.

O encaminhamento de realizar reunião do Orçamento Regionalizado simultaneamente com as sessões da Assembleia Legislativa é, no meu entendimento, o fim do Orçamento Regionalizado, pelos menos com força política de Orçamento Regionalizado.

V.Exa. falou que a presença é considerada. Ora, para efeito de presença, para efeito até de nos justificarmos, está perfeito. Mas o fato não é apenas considerar a presença, é estar presente. Assim, teremos que fazer uma opção entre duas atividades importantes e fundamentais.

Portanto, se a decisão for realizar sessão, o calendário do Orçamento Regionalizado, no mínimo, tem que ser revisto. Até porque há um dispositivo regimental impedindo audiências públicas durante o andamento da sessão ordinária, principalmente da Ordem do Dia.

Então, no meu entendimento, talvez seja o sepultamento do Orçamento Regionalizado que a duras penas vinha-se tentando manter.

Quero dizer que não sou contra a realização das sessões, pelo contrário, particularmente sou assíduo aqui, mas esse encaminhamento, no mínimo, sugere a suspensão do calendário de terça-feira, quarta-feira e quinta-feira das sessões. E para pensar outro calendário me parece que ficou inviável com esse encaminhamento.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Eu apenas pediria a v.exa. que esclarecesse sobre a questão do funcionamento das comissões permanentes. Se o horário das comissões permanece inalterado conforme acontece numa semana normal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Perfeito!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, concordando com o encaminhamento do deputado Neodi Saretta, quero dizer que vai ser complicado, pois na semana que vem faremos as reuniões no vale do Itajaí. Entre estar no vale do Itajaí, eu que sou uma deputada assídua nesta Casa, e estar neste plenário, onde faço parte da comissão de Constituição e Justiça e outras comissões desta Casa, vou-me sentir prejudicada. Eu vou priorizar, assim como todos os parlamentares, o plenário onde vão ser deliberados alguns projetos.

Sugiro, sr. presidente, que façamos o Orçamento Regionalizado na segunda, na quinta e na sexta-feira para não prejudicar nem o Regionalizado e nem o plenário. Vai ficar muito complicado estar lá e aqui, pois teremos grandes decisões na semana que vem e nós todos gostaríamos de estar presentes, mesmo com a ausência de alguns parlamentares, no Orçamento Regionalizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Ana Paula Lima, essa deliberação foi tomada pela Mesa por solicitação de diversos srs. deputados, até por conta do que ocorreu com relação às frequências nas audiências do Regionalizado.

A imprensa tem-nos feito cobranças, com razão, em relação a essa matéria. E as queixas de vários parlamentares sobre a falta de agenda para cumprirmos com os trabalhos aqui são muitas. Nós não venceríamos a agenda da Assembleia se mantivéssemos a suspensão da sessão durante quatro

semanas. Honestamente não há como justificar isso. Temos um calendário para cumprir. Fizemos um apelo para que se revise o volume de 34 audiências do Regionalizado. Já tivemos duas semanas sem atividades. Esse assunto já foi muito discutido nos últimos dias e essa foi a visão da Mesa no dia de hoje.

Não há como justificar ficarmos mais duas semanas sem atividades aqui no plenário. Não teremos como deliberar todas as matérias. E é mais difícil ainda quando você não encontra na atividade no interior a frequência que deveria ter. Essa é a realidade. Precisamos ter coragem de discutir essas questões e de encaminhar de forma a não comprometer o calendário da Assembleia Legislativa. Temos matérias extremamente importantes para deliberar até o início do recesso de julho, que não vamos conseguir apreciar se mantivermos um calendário que suspenda as sessões por quatro semanas. Seria um mês sem atividade aqui na Casa.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, então, proponho que na semana que vem, já que me parece que é fato consumado, que a Mesa já decidiu, nas sessões ordinárias, projetos de autoria de deputados que eventualmente estejam no Orçamento Regionalizado sejam tirados da pauta, porque não seria justo votar um projeto e o autor não estar aqui na sessão.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Quero concordar integralmente sobre a presença. É bem verdade que não houve grande presença nas reuniões, porque se priorizou os deputados da região. Mas já que

v.exa. se propôs a discutir, vou além nessa discussão.

Vamos discutir a presença também aqui, porque não tem sido boa. Temos sessões com votações importantes e é difícil termos quórum. A questão não é apenas o local, acho isso importante.

A questão principal que levantei não é nem não haver sessão. V.Exa. entendeu que tem que ter sessão, nós estaremos presentes. Agora, a questão é que não podemos ter duas atividades simultâneas, então, teríamos que suspender as reuniões orçamentárias. Nas segundas não coincidem, não tem problema, mas as de terça-feira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado, estamos no horário da Ordem do Dia e quero priorizá-la enquanto tivermos quórum. Depois, se v.exa. quiser continuar o debate sobre a questão, poderá. Esse assunto foi discutido há duas semanas.

Desculpe-me, não quero ser deselegante com v.exa., porque não merece isso, mas estamos tratando de uma deliberação da Mesa no dia de hoje.

Acho que v.exa. traz uma contribuição que a comissão deve avaliar: Manter segundas, quintas à tarde e sextas. Acho que essa decisão é acertada, porque ficarmos quatro semanas sem sessões na Assembleia, eu, como presidente, não terei condições de defender, deputado.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, considero que a votação sobre a matéria de hoje é importante, mas também é importante que a sociedade saiba que a Assembleia tem uma agenda, o plenário tem a sua, nós temos as comissões Permanentes e, naturalmente, ouvir a sociedade nessas 34 cidades regionais, ouvir as indicações para o Orçamento é muito importante.

Agora, com a sugestão que os deputados deram, nota-se que todos estão preocupados com a nossa

agenda daqui e também querendo participar das audiências fora da Assembleia.

Por isso, defendo a ideia de fazermos na segunda, na quinta, na sexta e que na terça e na quarta tenhamos sessão aqui. E que sejam suspensas as audiências do Orçamento quando houver sessão aqui. Assim, atende as duas necessidades.

Essa é minha opinião.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Eu acho que o v.exa. foi deselegante com o deputado Neodi Saretta. A Mesa tomou uma decisão sem ouvir as lideranças desta Casa.

Há muito tempo, desde o começo do ano, não houve reunião do colégio de líderes, sr. presidente. E nós precisamos ser ouvidos, porque, aqui, temos bancadas representativas.

Se v.exa. observar o plenário, o lado de cá, que é Oposição, está cheio e presente, o lado de lá está quase vazio.

Então, sr. presidente, quero que v.exa. faça a reunião de líderes e consulte os líderes desta Casa. Nós estamos esperando há muito tempo.

Quando foi decidida a realização de 32 reuniões para o Orçamento Regionalizado, eu fui a primeira a conversar com v.exa. e dizer o seguinte: É muito, sr. presidente! Isso nós temos que reduzir e podemos reduzir bastante. E passou o tempo.

Agora, em cima da hora, uma semana antes, dizer isso? Uma semana não, v.exa. está avisando hoje. As lideranças não foram ouvidas.

A preocupação do deputado Neodi Saretta, a minha e de outros deputados, é que se as comissões vão funcionar também, nós vamos priorizar o plenário e não haverá deputados na reunião regionalizada, descaracterizando também um projeto tão importante, porque agora, como v.exa. defende, ele tem que ser impositivo.

Essa é nossa defesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Deputada Ana Paula Lima, concordo com v.exa. que não foram consultados os líderes. Essa decisão está sendo tratada na Mesa há duas semanas. Mas, também, v.exa. há de reconhecer que com a frequência de meia dúzia de deputados por reunião do Regionalizado, com duas semanas sem atividades aqui, fica difícil defender essas questões. Fica difícil. Honestamente, tenho sido cobrado como dirigente da Casa e não tenho mais como argumentar. Pode-se ter errado por não consultar os líderes, mas estou absolutamente convencido de que é responsável essa decisão.

Com relação à consequência do Regionalizado, vamos ser honestos, em quase 20 anos que já vem sendo feito, ela nunca aconteceu. Eu critico esse processo há muito tempo. E não foi o governador A, B ou C não, foram todos. E enquanto não forem impositivos, vai continuar não acontecendo. Enquanto não forem impositivos, estou convencido de que vai continuar não acontecendo. Vai lá, reúne, debate, gera expectativa e depois vem a frustração. Essa tem sido a regra.

Por isso, defendo que esta Casa chegou ao momento crucial: ou tornamos as audiências do Regionalizado e aquele pedaço do orçamento que foi reservado para o Regionalizado em impositivo, ou vamos ter a coragem de tirar esse assunto da nossa Constituição. Porque dizer que aconteceu até hoje, não é verdade. Aliás, essa é a queixa de todos nós.

Assim, defendo que ele seja impositivo. Por isso, faço essa defesa. Quando terminar a Ordem do Dia, voltarei a conversar com o deputado Gilmar Knaesel, presidente da comissão, porque acho que essa sugestão do deputado Neodi Saretta poderia conciliar e não prejudicar.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0778/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0343/12, de autoria do deputado José Nei Ascari, que assegura prioridade na tramitação dos procedimentos judiciais e administrativos em que figure como parte ou interessado pessoa com deficiência.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Já com a concordância do líder temporário do governo nesta sessão de hoje, peço a retirada desta mensagem de veto da Ordem do Dia, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Perfeito! Está atendido.

Retirada de pauta a Mensagem n. 0778/2013.

A deputada Ana Paula Lima solicita que seja retirada de pauta a Mensagem n. 0789/2013.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0790/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0101/12, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre isenção de pagamento de taxas na inscrição de concursos públicos e em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições estaduais de ensino superior, nos casos que especifica e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Apesar de ter mérito, vou apresentar uma indicação propondo essa providência ao Poder Executivo, porque o meu projeto tem mérito, mas carece de fundamentação legal.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, gostaria de dar minha opinião acerca desse projeto, porque tive uma matéria muito parecida com a sua há alguns anos que também teve o mesmo destino.

Espero que a indicação, que é objeto de trabalho nosso, seja levada a sério, pois quando chega ao seu destino, normalmente vai para o fundo da gaveta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam o veto.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	votou
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	votou
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	votou
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Votaram 22 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 18 votos "sim" e quatro votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 00791/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0388/12, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que fixa os subsídios do governador, do vice-governador e dos secretários de estado para o exercício de 2013, em conformidade com o disposto nos arts. 28, § 2º da Constituição Federal e 39, inciso XV, da Constituição do estado.

Conta parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - A minha recomendação é pela manutenção do veto, porque o

projeto não demonstra a estimativa de impacto financeiro. E é temerário este reajuste porque poderá ter como consequência o reajuste de salários de altos cargos do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim", mantêm o veto e os deputados que votarem "não", rejeitam o veto.

A votação será por processo eletrônico.

(Procede-se à votação por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	votou
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou

DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	votou
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Está encerrada a votação.

Temos 21 votos "sim", 1 voto "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 00792/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0171/2012, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que acrescenta item à Seção II - Lista de Mercadorias de Consumo Popular, do Anexo Único da Lei n. 10.297, de 1986, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente a pedido do deputado Moacir Sopelsa, autor do projeto, solicito a retirada da mensagem de veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Está retirada.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Aproveito para solicitar a retirada da pauta da mensagem seguinte, sr. presidente, a pedido do autor do projeto, deputado Carlos Chiodini, que não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- A Mensagem n. 00821/2013?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Está retirada.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 00822/2013...

A Sra. Deputada Ana Paula Lima- Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - E as Mensagens n.s. 00822/2013, 00837/2013 e 00853/2013, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Estão retiradas da pauta.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 00823/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0038/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que padroniza a velocidade máxima permitida na passagem de veículos automotores por redutores eletrônicos instalados nas rodovias e estradas estaduais e municipais.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, conseguimos aprovar uma lei no ano passado visando padronizar as lombadas eletrônicas nas rodovias estaduais, pois vários municípios já fizeram isso. Ou seja, várias câmaras municipais, de várias cidades, já fizeram isso e cito como exemplo a cidade de Blumenau.

Quando os deputados Ismael dos Santos e Jean Kuhlmann, à época, eram vereadores, a velocidade das lombadas ficou estabelecida em 50km/h. Todo mundo sabe disso.

Então, não se trata de um caça-níquel, pois todos sabem a velocidade exata; não provoca congestionamento, porque não é preciso reduzir a

velocidade de 60km/h para 20km/h, e mantém uma velocidade padrão na cidade, o que humaniza e deixa de ser um caça-níquel.

Então, a nossa ideia era fazer isso no estado de Santa Catarina inteiro. Inclusive essa lei foi aprovada, mas por sugestão de algum técnico lá do Palácio do Governo, não sei de qual escalão, talvez do oitavo, foi vetada.

Dessa forma, estamos argumentando e pedindo o voto "não", ou seja, a rejeição do veto, porque achamos que esse assunto deve ser discutido padronizando a velocidade das lombadas eletrônicas para evitar maiores congestionamentos, acidentes e para que as lombadas eletrônicas não viem mais um caça-níquel para penalizar novamente os usuários das nossas péssimas rodovias.

Por isso pedimos pela derrubada do veto, voto dois.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, realmente o deputado Sargento Amauri Soares citou um bom exemplo da cidade de Blumenau, mas gostaria de dizer que o vereador, à época, era Erlédio Pering e o prefeito, Décio Lima.

Então, a exemplo de Blumenau, o estado de Santa Catarina todo pode ser padronizado, sim, sem reduzir, de perímetro em perímetro, a velocidade. Trata-se de um bom exemplo!

Oriento a bancada pela derrubada do veto.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Da mesma forma, gostaria de pedir vênua ao nosso vice-líder do governo, e dizer que se trata de uma matéria extremamente importante, pois todas as cidades têm, com certeza, o mesmo problema, porque as velocidades são diferentes e os motoristas ficam sujeitos a penalidades por uma questão de

sinalização precária. A regulamentação dessa matéria é importante.

Gostaria apenas de sugerir, tendo em vista a falta de quórum, o adiamento dessa votação. Mas quero solidarizar-me. A iniciativa é louvável e a burocracia não pode estar acima dos interesses públicos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, gostaria de parabenizar o deputado Sargento Amauri Soares e dizer que, de fato, apenas corrigindo a deputada Ana Paula Lima, este deputado era vereador, à época, em Blumenau, mas o referido projeto é de autoria do vereador Erlédio Pering, fizemos apenas uma emenda ao projeto.

Mas gostaria de sugerir ao deputado Sargento Amauri Soares que acrescente ao projeto a sinalização junto às lombadas eletrônicas, porque quando o motorista se aproxima da lombada eletrônica não sabe exatamente onde ela está localizada. Quer dizer, 30, 40, 50, 100m antes da lombada há sinalização, mas junto à lombada, não, gerando congestionamento, porque a pessoa não sabe exatamente qual é a velocidade máxima permitida.

Então, além de padronizar, que seja sinalizada, junto à lombada eletrônica, a velocidade.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente deputado Joares Ponticelli, também iria sugerir ao deputado Sargento Amauri Soares que retirasse essa mensagem de pauta e que aqui no plenário designasse à procuradoria jurídica da Casa a discussão dos projetos, porque estamos vendo muitos absurdos nos vetos.

Pedi que fosse rejeitado o veto ao meu projeto, aprovado aqui. Um cidadão cego me pediu, por uma questão de constrangimento, para tirar

foto para carteira de motorista sem óculos, porque ele não tem o globo ocular, e um procurador jurídico vetou. Não há custo nenhum para o estado, sendo que vários, inclusive, já regularizaram a questão da uniformidade da velocidade, mas aqui aparece um cidadão, que se diz procurador do estado, sem a menor sapiência para discutir isso, e diz que não pode.

Sugiro que nesse tipo de projeto ajudemos o governo, e que o procurador do governo possa, quem sabe, estudar um pouquinho mais e colocar a razão acima da burocracia. Não dá mais para assistirmos vetos, a exemplo do projeto do deputado José Nei Ascari, num momento em que o país inteiro prioriza o deficiente e o idoso e aqui dizem que não dá.

Deputado Sargento Amauri Soares, vou solicitar que v.exa. retire a matéria e que o nosso procurador acompanhe até lá para que esse procurador do estado mostre o diploma e diga o que está fazendo lá, porque não dá mais tanto veto!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Jailson Lima, como a matéria está apenas em discussão, não entrou em votação ainda e dois parlamentares solicitaram a sua retirada, eu questiono o autor se quer fazer a retirada, porque ainda temos condições de fazê-la, regimentalmente.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, agradecendo a participação de todos os colegas nesse debate importante, quero formalizar o pedido de retirada na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Está retirada de pauta a mensagem.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 00852/2013, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0218/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio, que disciplina a cobrança de taxa de conveniência e taxa de entrega pelas empresas prestadoras de serviço de venda e de entrega de ingressos pela internet, telefone ou meios similares no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, o projeto tem mérito, mas cria atribuições para o Poder Executivo. Portanto, é inconstitucional.

Encaminho pela manutenção do veto. Sr. presidente, voto um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	votou
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou

DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	votou
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	votou
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Temos 17 votos "sim" e 4 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0541/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que obriga a redução da vazão de água em torneiras de prédios públicos e comerciais e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0013/2013, de autoria do deputado Dado Cherem, que declara de utilidade pública o Instituto Anjos do Mar Brasil (IAMB), do município de Itajaí.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0106/2013, de autoria do deputado Edison Andrino, que declara de utilidade pública o Instituto Rapha-EI, do município de Criciúma.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0150/2013, de procedência da comissão de Constituição e Justiça, que declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Piratuba e Ipira, em Piratuba.

Conta com parecer favorável da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0256/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Amor e Ação, do município de Içara.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0329/2012, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Parque Mariane e Jardim Marias, com sede no município de São Bento do Sul.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0016/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que institui a Campanha de Combate à Pedofilia no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0106/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari, que denomina Vale Catarinense da Produção do Gado Jersey o conjunto de municípios compostos por Anitápolis, Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero e São Martinho.

Ao presente projeto foi apresentada Emenda Aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e Política Rural e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0328/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que dispõe sobre a aquisição de arroz parboilizado, em caráter preferencial, para a merenda escolar e outros integrantes do mercado institucional.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0341/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que denomina a Rodovia SC-495 - Trecho entroncamento BR-280 - Barra do Sul.

Ao presente projeto foi apresentada Emenda Aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sr. deputados, o Projeto de Lei n. 0106/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari, já está tramitando há algum tempo, e vamos ter na próxima quinta-feira a abertura da feira, que é a maior feira de gado Jersey do mundo, lá em Braço do Norte.

Há uma expectativa dos criadores de que possamos levar essa lei por ocasião da abertura da feira.

Se v.exas. concordarem, encerrarei a presente sessão e convocarei outra para votarmos em segundo turno e a redação final apenas desta matéria para podermos remeter o autógrafo ainda hoje ao governador e fazermos a entrega na próxima quinta-feira.

(As lideranças aquiescem.)

Há concordância?

Sendo assim, encerramos a presente sessão e convocamos outra para as 16h05.

Está encerrada a sessão.